

Ex-deputado federal defende poupança e revisão de investimentos do Estado

Ricardo Barbosa



Paulo Delgado participou, como convidado, de reunião da Comissão da Dívida Pública

Há dívidas “boas” e “ruins”, na opinião do sociólogo e ex-deputado federal pelo PT Paulo Delgado. Ele foi ouvido ontem, em audiência da Comissão Especial da Dívida Pública, requerida pelo deputado Adelmo Carneiro Leão (PT). Segundo Delgado, é importante que o Estado procure saber em que setores investe os recursos que pega emprestado com a União. “Se o Estado se endivida para financiar setores da indústria que não

têm compromisso com critérios sociais e ambientais, essa é uma dívida ruim”, exemplificou. Ao contrário, avaliou ele, empréstimos empregados na ampliação de hospitais e na construção de vias de acesso necessárias são débitos positivos.

Delgado sugeriu, ainda, que os Estados construam uma espécie de poupança, com a reserva de 0,5% dos investimentos planejados, para o financiamento de inovações

tecnológicas. Ele também propôs que as ações sejam focadas no longo prazo, com elementos de continuidade entre um governo e outro. Além disso, lembrou o papel das parcerias público-privadas (PPPs) para fortalecer as relações entre os setores e reduzir gastos do Estado.

O deputado Adelmo Carneiro Leão concordou com o convidado. Ele disse que é importante saber em que os empréstimos são gastos, porque

a dívida compromete negativamente os investimentos do Estado. Também mencionou a necessidade de revisão dos débitos e de um novo acordo para sua quitação.

O deputado Antônio Júlio (PMDB) defendeu que a União simplifique as condições para o pagamento da dívida, porque a renegociação feita em 1998 não levou em consideração a possibilidade de rever os parâmetros em caso de estabilização da economia. Sávio Souza Cruz (PMDB) afirmou que a dívida com a União, de quase R\$ 60 bilhões, é impagável.

Délio Malheiros (PV) chamou a atenção para os juros elevados, atualmente de 7,5% ao ano. Duarte Bechir (PSD) disse esperar que o Governo Federal se sensibilize e reveja os critérios para a cobrança.

Brasília – A comissão aprovou ontem viagem a Brasília para apresentar seus estudos às presidências da República, da Câmara dos Deputados e do Senado e ao ministro da Fazenda, Guido Mantega. O requerimento da viagem é de autoria de Duarte Bechir, Dalmo Ribeiro Silva (PSDB), Bonifácio Mourão (PSDB), Délio Malheiros e Antônio Júlio.